

Objetividade jornalística e perspectiva feminista: por uma articulação

Journalistic objectivity and feminist perspective: towards an articulation

Bibiana Garcez

Universidade de Coimbra, Portugal

bibianagarcez@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8282-8252>

Maria João Silveirinha

Universidade de Coimbra, Portugal

mjsilveirinha@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0702-3366>

https://doi.org/10.14195/2183-6019_10_8

Resumo

Este artigo busca iniciar um diálogo sobre a articulação de uma perspectiva epistemológica feminista com os ideais de objetividade jornalística. Para isto, procede a uma revisão bibliográfica do conceito e do histórico da objetividade jornalística e das críticas que recebeu. Isto serve como base para problematizar a prática e discutir a reprodução de desigualdades de gênero no jornalismo. Apesar de a objetividade ser hoje relacionada com a busca pela verdade, nem sempre foi entendida como central ao jornalismo e recebe críticas desde sua adoção. Entende-se que o jornalismo dito objetivo acaba por reproduzir o senso comum, ligado fortemente aos grupos hegemônicos e, assim, patriarcais. No jornalismo, é possível verificar que há uma prática desigual em relação ao gênero, seja na representação das mulheres ou no âmbito de produção do conteúdo. Ainda que a epistemologia feminista *standpoint* (Harding, 1991, 1993, 1995, 2006; Hartsock, 1981, 1983) aborde o conhecimento científico, é possível aproximar a proposta de um conhecimento situado ao jornalismo, uma vez que é necessário refletir sobre novas possibilidades éticas, considerando uma perspectiva de gênero.

Palavras-chave: Objetividade; ética jornalística; feminismo; epistemologia *standpoint*; gênero e jornalismo.

Abstract

This article seeks to initiate a discussion about the articulation of a feminist epistemological perspective with the ideals of journalistic objectivity. It starts with a literature review of the concept and history of journalistic objectivity and the criticisms it received. This is the basis for problematizing the practice and discussing the reproduction of gender inequalities in journalism. Although objectivity today is related to the search for truth, it has not always been understood as central to journalism and has been questioned since its adoption. It is understood that objective journalism ends up reproducing common sense, strongly linked to hegemonic and, thus, patriarchal groups. In journalism, it is possible to verify that there is an uneven practice in relation to gender, either in the representation of women or in the scope of content production. We then consider the feminist epistemology standpoint (Harding, 1991, 1993, 1995, 2006; Hartsock, 1981, 1983) and we seek to start from

the proposition of situated knowledge to journalism as an alternative to objectivity, reflecting on new ethical possibilities from a gender perspective.

Keywords: objectivity; journalism ethics; feminism; standpoint epistemology; gender and journalism.

Introdução

A objetividade é um dos principais pilares do jornalismo tradicional praticado em boa parte do mundo. Em termos simples, trata-se da busca por um conteúdo que reporte os fatos e não traga as opiniões do profissional, que se distancie de ideologias políticas e que permita que o leitor decida, por si mesmo, no que acreditar. Essa prática, no entanto, não está intrinsecamente ligada ao jornalismo desde sempre – a mudança ocorre especialmente entre o final do século XIX e o início do século XX, com a industrialização do jornalismo (Schudson, 2001).

Mesmo a partir dos anos 1920, quando é estabelecida de fato como uma peça central para a atuação jornalística nos Estados Unidos, o conceito já era questionado por intelectuais (Schudson, 2001). A supervalorização da objetividade, a partir de uma lógica empirista e positivista, passa por uma rejeição total da subjetividade, mas é justamente a partir da ligação entre sujeito e objeto que se dá o conhecimento. Como, então, é possível essa separação? Em um momento de pós-verdade e crise do jornalismo quanto ao financiamento e à confiabilidade

das audiências, a reflexão sobre algo que define a profissão faz-se necessária. A defesa da objetividade como isenção ainda é produtiva?

Aqui, entende-se a função social da profissão baseada em Reginato (2018), de fiscalizar o poder e fortalecer a democracia, esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade e informar, entre outros pontos. Ao eximir-se de criticar a realidade ou os pontos apresentados, o jornalista dito “objetivo” acaba por manter inalterado o *status quo* (Stoker, 1995) – o que passa por representar como natural o discurso patriarcal vigente. As mulheres, assim como outras minorias políticas, ainda são sub-representadas nas redações (WMC, 2019) e nos textos jornalísticos (WACC, 2015).

Por outro lado, entende-se que a organização de uma sociedade democrática compreende a participação de todos os cidadãos e cidadãs. Questiona-se, assim, as limitações do ideal jornalístico de fortalecimento da democracia, quando esta prática “isenta” continua a ser desigual e incapaz de refletir sobre a necessidade de reportar a partir de suas próprias desigualdades.

São muitas as perguntas sobre o impacto da adoção da objetividade como preceito central do jornalismo e sobre seu futuro como “ética e epistemologia” (Muñoz-Torres, 2012) da profissão. Não é possível e nem se pretende responder a todas elas no escopo deste artigo, tratando-se, antes, de iniciar uma discussão sobre a articulação de uma perspectiva feminista com os ideais longamente defendidos de objetividade e imparcialidade. A metodologia utilizada neste artigo é, pois, a de revisão bibliográfica e documental. No que se segue, rever-se-á a diversidade de definições deste conceito, seu histórico na profissão, como é aplicado ao texto jornalístico, quais as principais críticas de que tem sido alvo e, por fim, far-se-á uma breve reflexão sobre os impactos da adoção da objetividade para o reportar do mundo em que às mulheres não é dado o lugar que, efetivamente, elas têm.

Conceitos e história da objetividade no jornalismo

A definição da objetividade no jornalismo compreende diferentes abordagens. Ainda assim, autores como

Schudson (2001), Sponholz (2003, citado em Demenek, 2009, p. 11) e Demenek (2009) relacionam o conceito diretamente à atividade jornalística, quer seja como um ideal moral ou valor ético, uma série de normas a serem seguidas, como a forma de mediar informações ou mesmo como um impulso epistemológico. De forma geral, entende-se que esta prática compreenderia compartilhar com o público apenas os fatos, apresentados frequentemente apresentado como “a verdade”, e não opiniões ou valores.

Wien (2006) entende que a verdade e a objetividade estão diretamente ligadas. No entanto, Muñoz-Torres (2012) defende que a procura pela objetividade acabou por substituir a procura pela verdade, o que pode ser relacionado com a compreensão de que existem diversas versões de verdade, e não uma verdade absoluta, quadro exacerbado pelo movimento da Pós-Verdade (D’Anconna, 2017). Há, aqui, uma forte relação com o empirismo e o positivismo. Wien (2006) liga o positivismo com a distinção entre fatos e opiniões, assim como afirma Muñoz-Torres (2012, p. 571, tradução nossa):

Essa supervalorização do método empírico como o único método científico possível implicou a aceitação das premissas epistemológicas centrais do positivismo e sua posterior disseminação para outros campos. Entre esses postulados, o mais importante é a dicotomia entre os chamados “juízos de fato” e os “juízos de valor”.

No entanto, o juízo de valor está diretamente associado com a criação do conhecimento, na relação que se coloca entre sujeito e objeto. Como destaca Muñoz-Torres (2012, p. 573, tradução nossa), “fatos brutos são completamente sem sentido, se não conectados – através da subjetividade individual – com conceitos que possibilitem a interpretação”. Apesar da ideia de que o jornalismo poderia ser um “espelho da realidade”, “a subjetividade presente no processo de apreensão dos fatos indica que o jornalismo não é o discurso da realidade (como diz ser), mas um discurso sobre a realidade” (Moretzsohn, 2001, p. 3, grifo nosso).

Passa-se agora, então, para as origens históricas da objetividade como

preceito fundamental para o jornalismo, que data do século XIX, além de ser um fenômeno inicialmente localizado nos Estados Unidos da América. Até então, o jornalismo era vinculado à partidos políticos e tinha um forte viés opinativo. Conforme Amaral, (1996, p. 26), “comprava-se [...] jornal para saborear a versão parcial dos acontecimentos e para se ler as críticas aos adversários”.

Apesar de diversos teóricos relacionarem o surgimento da objetividade no jornalismo com o uso do telégrafo e com interesses comerciais, Schudson (2001) entende que essa explicação é simples e superficial demais, baseada apenas em uma visão técnica, economicista, e de certa forma determinista. Ainda que tal explicasse a mudança de normas sociais, como o estilo, não via necessariamente o estabelecimento da objetividade como uma nova conduta moral.

Segundo o autor, na segunda metade do século XVIII, com o conflito entre Estados Unidos e Inglaterra, “praticamente todos se sentiam compelidos a tomar um lado. O jornal começou sua longa carreira como porta-voz de partidos políticos e facções” (Schudson,

2001, p. 154, tradução nossa). Até o final dos anos 1700, a neutralidade poderia ser um “conselho prudente”, mas não uma norma moral. Já pela década de 1830, o jornalismo passava por um “mercantilismo agressivo”, o que foi significativo para o desenvolvimento da objetividade e justiça. No entanto, aponta Schudson (2001, p. 155, tradução nossa), esse movimento

fomentou apenas um conceito restrito de justiça estenográfica. Os jornais se tornaram cada vez mais orgulhosos com a velocidade e a precisão de sua coleta de notícias, mas os editores acharam isso perfeitamente coerente com o partidário político e sua escolha de cobrir apenas os discursos ou comícios do partido que eles preferiam.

No final dos anos 1890, apesar de já ser citada como um princípio, a objetividade “estava longe de ser uma prática ou um ideal estabelecido” (Schudson, 2001, p. 156, tradução nossa). Passa-se, então, por uma importante mudança neste período, quando os jornalistas começam a rea-

lizar e citar entrevistas nas reportagens publicadas, prática que, apesar de hoje ser comum, não era realizada à época. Aliado a isso, começam a desenvolver-se também *media events*, o que “pressagia a nova dedicação dos repórteres a um senso de habilidade e a nova localização em uma cultura ocupacional com suas próprias regras, suas próprias recompensas e seu próprio espírito” (Schudson, 2001, p. 156, tradução nossa). O foco muda de promover partidos políticos, para escrever notícias.

É apenas na década de 1920 que a “norma da objetividade” torna-se um “ideal ocupacional totalmente formulado, parte de um projeto ou missão profissional [...] finalmente um código moral” (Schudson, 2001, p. 163, tradução nossa). Na década seguinte, os editores também passam a defender a objetividade, mas como uma forma de controlar a associação dos trabalhadores aos sindicatos – “como um repórter poderia ser ‘objetivo’ se ingressasse na Associação de Jornais?” (Schudson, 2001, p. 163, tradução nossa).

É importante, aqui, lembrar também que o desenvolvimento da objetividade como um preceito fun-

damental ou central ao jornalismo se localiza inicialmente nos Estados Unidos. Conforme refere Muñoz-Torres, “a objetividade é uma das características identificadoras do jornalismo nos Estados Unidos e talvez a maior contribuição do jornalismo americano para o resto do mundo” (2012, p. 567). Seriam pelo menos mais duas gerações até que o mesmo acontecesse na Europa (Schudson, 2001).

A objetividade na prática jornalística

Entendendo como diferentes teóricos definem a objetividade, além do fato de que o conceito não nasce com o jornalismo e vice-versa, pode-se passar para as aplicações desta nos produtos jornalísticos. Afinal, como citado anteriormente, a objetividade pode ser entendida também como um padrão visível nos textos (Schudson, 2001).

Novamente, destaca-se a ideia de que o jornalismo objetivo busca uma representação “não interpretada” – ou seja, ausente de subjetividade – da realidade. Nesse sentido, Ward (2004) considera que trata-se de um proces-

so passivo de absorver conteúdo e divulgá-lo da mesma forma: “A epistemologia da objetividade tradicional baseia-se na persistente metáfora do jornalista [...] que aspira a ser um instrumento de gravação perfeito (p. 262, tradução nossa). É na mesma direção que Schudson define o trabalho do “jornalista objetivo”: “relatar algo chamado ‘notícias’ sem comentar, inclinar ou moldar sua formulação de qualquer maneira” (2001, p. 150, tradução nossa).

Ryan (2001) defende a objetividade jornalística, respondendo a críticas pontuais, e valoriza o trabalho do “jornalista objetivo”. No entanto, não há, na reflexão do autor, consideração sobre o papel da cultura profissional ou de realidades socioeconômicas que afetam os trabalhadores. A “condenação” do jornalista “não-objetivo” aparenta ser individual, uma vez que a objetividade parece ser entendida pelo autor como uma escolha pessoal, mas na realidade diversos outros fatores incidem sobre a qualidade do trabalho. No entanto, na prática defendida por Ryan, estes “reúnem fatos e opiniões que conflituam-se, verificam a informação cuidadosamente, buscam

determinar porque os lados entram em conflito e qual reflete a realidade mais precisamente, avaliam e identificam as fontes” (Ryan, 2001, p. 5, tradução nossa). Conforme o autor, este profissional responde primeiramente às audiências, depois aos códigos éticos da profissão e, por último, aos seus superiores.

McNair afirma que há quase que uma “fórmula pronta” para a aplicação do conceito de objetividade no jornalismo: “os avanços tecnológicos e industriais, possibilitados pela ciência pós-iluminista, forneceram um conceito mais ou menos pronto de objetividade que os jornalistas poderiam adaptar ao seu próprio projeto profissional” (McNair, 2017, p. 1324, tradução nossa).

Nesse mesmo sentido, Tuchman (1972) já havia identificado, a partir de uma análise das noções de objetividade dos jornalistas, quatro procedimentos adotados por profissionais a fim de manifestar a objetividade no texto jornalístico. É importante, aqui, destacar que a mesma Gaye Tuchman escreve também sobre o aniquilamento simbólico das mulheres através das representações midiáticas: “ignorando

amplamente as mulheres ou retratando-as em papéis estereotipados de vítima e/ou consumidor, os meios de comunicação de massa aniquilam simbolicamente as mulheres” (Tuchman, 2000, p. 150, tradução nossa).

A autora vê a objetividade como um “ritual” e uma “estratégia”, que são aceitos como naturais e têm como objetivo evitar problemas legais, principalmente. Um deles é a apresentação de mais de um lado de um mesmo fato, o que é chamado pela autora de “possibilidades conflituosas”. Dessa forma, pode-se utilizar diferentes fontes para analisar ou confrontar um dado fornecido para o jornalista. Isto pode ser utilizado, por exemplo, caso o jornalista não consiga verificar a informação recebida. Consistiria, então, em deixar que a audiência “decida” em quem acreditar. No entanto, essa prática pode acabar acumulando um grande número de diferentes pontos de vista, o que possivelmente resultaria em uma maior dificuldade de entendimento ou de julgamento do leitor:

Um emaranhado de afirmações conflitantes sobre a verdade,

como aquelas hipoteticamente introduzidas, pode ser mais proveitosamente visto como um convite para os consumidores de notícias exercerem uma percepção seletiva [...] pois cada versão da realidade reivindica igual validade potencial. (Tuchman, 1972, p. 667, tradução nossa)

Um outro fator importante na aplicação da objetividade, conforme proposto por Tuchman, é a apresentação de provas auxiliares, obtidas pelo jornalista. Em seguida, ela aponta que o uso de aspas é frequente para eximir a responsabilidade do jornalista por aquilo que foi dito, transferindo para a própria fonte: “Adicionando mais nomes e citações, o repórter pode remover suas opiniões da história fazendo com que os outros digam o que ele pensa” (Tuchman, 1972, p. 668, tradução nossa). No mesmo sentido, Traquina (2012, p. 142) aponta que “[o] uso de citações faz desaparecer a presença do repórter”.

Por fim, apresentar a notícia em uma certa ordem também é entendido como uma prática manifestação de objetividade. Seria a construção do *lead*,

na lógica da pirâmide invertida: “o jornalista deve relacionar suas noções de conteúdo ‘importante’ ou ‘interessante’”. Até certo ponto, as dificuldades do jornalista são atenuadas pela fórmula familiar de que as notícias dizem respeito a ‘quem, o que, quando, onde, por que e como’” (Tuchman, 1972, p. 670, tradução nossa). Para a autora, essa seleção de o que é mais importante, interessante ou que deve, por outro critério de noticiabilidade, ter mais destaque, implica em uma visão subjetiva, do julgamento de valor que o próprio jornalista há de fazer para hierarquizar os fatos.

Gaye Tuchman (1972) conclui que, apesar de essas práticas serem de fato adotadas por jornalistas e aceitas por veículos como manifestação de objetividade, elas não necessariamente são objetivos: “existe uma discrepância distinta entre os fins buscados e os alcançados” (Tuchman, 1972, p. 676).

As problemáticas da objetividade

Compreendidas as formas de aplicação do preceito de objetividade aos produtos jornalísticos, percebe-se,

como aponta Tuchman (1972), que as práticas não conseguem entregar o que era almejado: a remoção da subjetividade do jornalista. Volta-se, nesse momento, para as insistentes críticas que são feitas à objetividade, desde os anos em que se inicia a adoção como norma moral da profissão (Schudson, 2001). Exploram-se, a seguir, alguns dos argumentos críticos a este conceito como central ao jornalismo.

Primeiramente, a separação entre objetividade e subjetividade, no desenvolvimento do conhecimento, não é entendida como possível. A dualidade que impera entre realidade e interpretação, fato e opinião, volta para as noções de positivismo abordadas no primeiro tópico deste artigo. Para Wien (2006, p. 13, tradução nossa), o “problema não é tanto que o jornalismo aplique o conceito de objetividade positivista. Pelo contrário, é que grande parte do jornalismo aparentemente não está ciente da origem do conceito e dos problemas ligados ao seu uso tradicional”.

Dentro dessa dualidade, é interessante abordar a defesa da objetividade proposta por Ryan (2001), quando

afirma que as críticas, de maneira geral, são infundadas em razão de não proporem uma definição fechada do que é a objetividade. É nesse sentido que fala Gauthier (1993, citado em Muñoz-Torres, 2012, p. 568): “A ideia que é rejeitada não é uma noção clara e facilmente identificável, mas uma intuição vaga: o objeto sob ataque nunca é precisamente definido”. Vê-se aqui, de forma irônica inclusive, que o próprio conceito de objetividade é passível de compreensão como subjetivo.

Muñoz-Torres ressalta a aplicação de nuances ao avaliar a objetividade, como se fosse possível ser mais ou menos objetivo. Para o autor, a razão pela qual esta não é uma articulação possível é “clara: não estamos falando de algo que pode ser possível de várias formas ou graus (como ser sábio), mas de uma impossibilidade absoluta” (Muñoz-Torres, 2012, p. 575, tradução nossa).

Na hierarquização da informação no texto jornalístico, como um dos procedimentos utilizados para atingir a objetividade, os critérios de valorização e seleção são considerados, também, manifestações de subjetividade:

Uma vez que o mundo nos oferece infinitos fatos, que não podem ser abrangidos, uma seleção deles é sempre necessária. Esta seleção é necessariamente realizada por alguém, de um ponto de vista específico, em relação a alguns valores e em vista de alguns objetivos. Sem valores e objetivos, todos os fatos seriam iguais e, no final, irrelevante. (Muñoz-Torres, 2012, p. 579, tradução nossa)

Uma forte crítica toca nas construções sociais as quais os membros da sociedade informacional estão sujeitos. De acordo com Merrill (1984, citado em Ryan, 2001, p. 6, tradução nossa), “repórteres e editores são condicionados por diversos fatores (por exemplo, gênero, circunstância, educação) que, quando unidos à necessidade de selecionar histórias e detalhes para histórias, tornam impossível que eles sejam objetivos”. McNair (2017, p. 1320-1) argumenta, no mesmo sentido, que os vieses estruturais e inconscientes que se encontram enraizados na prática da objetividade derivam de algumas ideias e pressupostos das rotinas jornalísticas, como os relativos

às fontes de informação que devem ter prioridade.

A apresentação de discursos conflitantes é fonte de crítica também. Para Muñoz-Torres (2012, p. 576, tradução nossa), essa prática pode ser útil, quando não há “provas suficientes disponíveis ou sendo apenas uma questão de mera preferência [...] também é verdade que o princípio de sempre apresentar opiniões opostas como igualmente válidas equivale a declarar implicitamente que todas as opiniões possuem o mesmo valor”.

De acordo com Friedman (1998, citado em Ryan, 2001), a ideologia da objetividade torna invisível o real poder da mídia de manter e fortalecer o senso comum. A objetividade faz “parte do aparato ideológico do capitalismo. Nessa crítica, esse trabalho ideológico é crucial para administrar o consenso e reforçar a hegemonia nas democracias liberais” (McNair, 2017, p. 1321, tradução nossa).

Haverá, então, para além dos problemáticos ideais de objetividade, alguma articulação que possa sustentar um jornalismo ético, social e epistemologicamente responsável?

Objetividade jornalística e a epistemologia feminista *stanpoint*

Tendo em vista as críticas que são feitas à objetividade apresentadas no tópico anterior, procuramos agora responder à questão aí levantada a partir de uma reflexão sobre o impacto para as mulheres da adoção do preceito referido como norma moral no jornalismo e da consideração da epistemologia feminista *standpoint*, que faz parte do conjunto das epistemologias que investigam a influência, as hierarquias e os interesses de gênero na produção de conhecimento. Em causa estão não apenas as rotinas, os valores, as práticas e as premissas da produção do conhecimento, mas o modo como esses elementos podem ser (re)feitos para desfazer a opressão.

Como vimos, são vários os teóricos que defendem que a objetividade é impossível. Autores como Merrill (1984) e McNair (2017), já citados, entendem que há um condicionamento dos membros da sociedade de acordo com sua localização e situação social, além de uma ideia de “consenso” ou senso comum, que é comandada pelos poderosos. Hall (1984, citado em

Traquina, 2013), por exemplo, destaca a instituição dos “valores-notícia”, critérios de seleção dos fatos a serem noticiados, como reflexo de uma estrutura profunda sobre o funcionamento da sociedade. Esses critérios são, para o autor, um mapa cultural do mundo social.

Neste sentido, é imprescindível discutir uma perspectiva de gênero dentro do jornalismo. A ideologia do “senso comum”, que inevitavelmente será replicada nos discursos ditos objetivos, é determinada pela elite – masculina, branca e heterossexual. Essa hierarquização é citada por Beauvoir (2016, p. 25):

Talvez seja impossível tratar qualquer problema humano sem preconceito: a própria maneira de abordar as questões, as perspectivas adotadas pressupõem uma hierarquia de interesses: toda qualidade envolve valores. Não há descrição, dita objetiva, que não se erga sobre um fundo ético.

Há impacto disso sobre o conhecimento gerado sobre as mulheres – é o que indica Poulain de la Barre, cita-

do por Beauvoir (2016, p. 18): “Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, porque eles são, a um tempo, juiz e parte”.

Aqui, não se faz uma crítica no sentido de que os jornalistas estão propositadamente sendo sexistas nas suas práticas profissionais. O que está em causa é o poder do senso comum e o não confronto dele – inclusive pela adoção da objetividade tradicional. Nessa discussão, pode enquadrar-se a teoria do *standpoint*, proposta por Harding (1991, 1993, 1995, 2006) e Hartsock (1981 e 1983), entre outras investigadoras (Hekman, 1997). Ainda que não aborde o jornalismo, e sim a objetividade e o conhecimento no âmbito da ciência, o ponto de vista defendido por estas teóricas é bastante relevante no escopo da profissão, como refere Linda Steiner. A autora (2018) mostra como a teoria *standpoint* pode ser posta em prática no jornalismo. Ela realça que a epistemologia feminista *standpoint* (EFS)

coloca em primeiro plano a experiência em vez de pretender eliminá-la. Abraça afirmativamente a particularidade, em contraste

com os relatos universalizadores dos empiristas, fundamentados na ilusão de um sujeito universal. A EFS explora os diferentes recursos de distintos de grupos de diferentes localidades para produzir projetos de conhecimento mais críticos e reflexivos. Entende que todos os métodos, incluindo os que afirmam ser apolíticos são políticos; é consciente da desigual distribuição e funcionamento de poder. (Steiner, 2018, p. 1855)

A teoria do *standpoint* “define o conhecimento como particular e não universal; abandona o observador neutro da epistemologia modernista; define os sujeitos construídos por forças relacionais como transcendentais” (Hekman, 1997, p. 356, tradução nossa). Defende, ainda, a ideia de um conhecimento que é localizado social e geograficamente, ou seja, parte de um ponto de vista específico, que será diferente conforme as experiências daquela pessoa ou daquele grupo social. Embora tenha sido usada principalmente para criticar a ciência e a medicina ocidentais, os seus argumentos centrais podem ser aplicados mais

em geral à “busca de conhecimento” que tenha por base a ideia de que as formas pelas quais os corpos de conhecimento são socialmente situados e concretizados tanto limitam como possibilitam o que se pode conhecer.

É importante realçar que, para Harding (1993), nem o *standpoint* está, em si mesmo, isento de escrutínio, nem as mulheres têm acesso automaticamente a algum tipo unitário de ponto de vista das mulheres – não sendo esse ponto de vista sequer um ideal. Harding, com efeito, repudiava qualquer celebração acrítica de estilos cognitivos supostamente femininos. Antes, a ideia é que iniciar o processo de pensamento e de conhecimento a partir da vida de pessoas e grupos marginalizados induz a fazer perguntas mais críticas e revela mais dos pressupostos não examinados que influenciam os contextos de busca de conhecimento; portanto, é mais provável que produza conhecimento mais útil em geral. Incluir as perspectivas da vida quotidiana das mulheres é “preferível” ao conhecimento científico gerado de modo supostamente objetivo mas localizados em grupos dominantes.

É nesse sentido que Hartsock (1983 citada em Heckman, 1997, p. 343, tradução nossa) destaca a importância de um ponto de vista feminista na produção de conhecimento: “o grupo dominante [...] na sociedade rotulará suas perspectivas como ‘reais’ e rejeitará outras definições. [...] embora a percepção da realidade do grupo dominante seja ‘parcial e perversa’, a do oprimido não é”. Assim, entende-se que o ponto de vista da mulher poderia ser emancipatório, por fazer parte de um grupo social oprimido. Esse *standpoint* feminista precisa ser alcançado através de trabalho, reflexão e compreensão da teoria feminista – nem todas as mulheres, apenas por serem mulheres, teriam essa visão libertadora, de fato, e sabemos como, por vezes, é difícil para as próprias mulheres libertarem-se do *status quo*.

A mudança proposta é a definição do ponto de vista feminista como conhecimento situado e engajado, “como um lugar a partir do qual as feministas podem articular um discurso contra-hegemônico e defender uma sociedade menos repressiva” (Hekman, 1997, p. 363, tradução nossa).

No jornalismo, o conhecimento que é gerado é tendencialmente considerado neutro, imparcial ou objetivo. Uma consideração de que e como produz, no entanto, permite, desde logo, ver como tal ideia é débil. Em termos de produção, por exemplo, os dados continuam a mostrar diferenciais importantes.

Dados do *Women's Media Center* (WMC, 2019), por exemplo, referentes ao gênero no jornalismo estadunidense, apontam que as mulheres ainda são minoria na produção de conteúdo jornalístico, especialmente nas televisões e nas agências de notícias. Elas são apenas 37% dos apresentadores e correspondentes de programas de televisão transmitidos em horário nobre, responsáveis por apenas 31% das matérias publicadas por agências de notícias, 40% das matérias publicadas em meios *online* e 41%, em meios impressos.

Na Europa, de acordo com levantamento realizado em onze países pelo *European Journalism Observatory*¹, as mulheres assinavam apenas 23%

dos artigos, em média. Os países com maiores índices de disparidade, ainda de acordo com o mesmo estudo, são a Alemanha, onde somente 16% das notícias analisadas eram produzidas por mulheres, e a Itália, onde 21% eram produzidas por mulheres. A nível mais amplo, os resultados do *Global Media Monitoring Project* de 2015 em 114 países apontam que apenas 37% das notícias são reportadas por mulheres, em média.

Em Portugal, Subtil aponta que a feminização do jornalismo se pode descrever como um processo dinâmico, mas ainda incompleto (Subtil, 2009). Mais em geral, no entanto, uma compreensão das questões de gênero no jornalismo passa por ir além da mera “contagem dos corpos” (De Bruin, 2000, p. 224). Com efeito, e ainda que as mulheres jornalistas estejam entrando na profissão em número cada vez mais próximo da paridade numérica, as decisões jornalísticas e as lógicas midiáticas continuam a produzir um jornalismo maioritariamente masculino, em que as rotinas implantadas, os valores que se atribuem aos acontecimentos e as prioridades relativas às fontes continuam a não ser

questionadas em nome de uma suposta e transparente objetividade. No entanto, os/as jornalistas, tal como os/as cientistas, têm corpo, mesmo que reivindicuem não o ter.

Para além da presença das mulheres na produção jornalística, também é pertinente a observação de como as mulheres são notícia, quando isto acontece. A seleção de fontes, para Ryan (2001), é uma das estratégias sistemáticas utilizadas para obter um resultado imparcial ou objetivo nos produtos jornalísticos, uma vez que seguiria normas da profissão. No entanto, conforme a mesma pesquisa citada anteriormente (WACC, 2015), somente 19% dos especialistas apresentados em reportagens são do gênero feminino. Em todos os tópicos de notícias, as mulheres são sub-representadas, sendo a categoria com menor representação a de “Política e Governo”, com apenas 16% de mulheres.

Além disso, são poucas as coberturas feitas que desafiam estereótipos de gênero (4%), que destacam desigualdades de gênero (9%) ou que mencionam políticas para igualdade ou instrumentos legais de direitos humanos e das mulheres (9%) (WACC,

¹ Disponível em <https://pt.ejo.ch/investigacao/onde-estao-as-mulheres-jornalistas-nos-media-europeus>.

2015). Ou seja, a partir destes dados, é possível verificar que se trata de uma prática desigual.

O jornalismo dito objetivo não está observando o mundo do ponto de vista das próprias desigualdades. Também aqui os ensinamentos da epistemologia *standpoint* nos podem ajudar: se a vida das mulheres se constituir como ponto de partida para criticar as reivindicações científicas dominantes, por exemplo, tal pode sugerir novos ângulos, novas perguntas e diminuir as distorções tanto da ciência, como do jornalismo (Steiner, 2018).

As exigências de objetividade e desaparego continuam, por outro lado, a ter consequências particulares para as mulheres jornalistas, cujas identidades de gênero parecem estar em desacordo com uma noção de objetividade (Van Zoonen, 1998, p. 45). Tal noção mina as suas experiências pessoais, para que elas se possam tornar profissionais respeitadas, uma estratégia que fica refletida na tentativa de adotar traços mais masculinos no campo para ter mais sucesso. A ostracização sentida por muitas mulheres que se atrevem a desviar-se do gênero social e até dos códigos linguísticos (Mahtani

2005, 301) pode ser o reverso da mesma moeda.

É necessário que este novo modo de questionar e reportar o mundo a partir da diferença, da particularidade, da reflexividade de quem questiona e reporta o nosso quotidiano seja adotado como uma norma moral, e apela-se para que seja sensível às desigualdades sociais vigentes e ainda reforçadas pelo próprio jornalismo.

Considerações finais

É comum opor-se a subjetividade à objetividade. No jornalismo, como refere Wien (2006, p. 5), “o problema é que o jornalista deve escolher o contexto no qual colocar os fatos. E essa escolha é sua própria escolha subjetiva”. Com efeito, uma das lições da epistemologia feminista *standpoint* é que a produção de conhecimento inclui o contexto de descoberta e subjetividade. Pontuamos, desse modo, a importância de um ponto de vista feminista ou com perspectiva de gênero no jornalismo. Tal não deve restringir-se a um âmbito ativista ou militante, para que a construção de um poderoso discurso contra-hegemônico e a defesa

de uma sociedade menos repressiva, como defende Hekman (1997), citada anteriormente, seja ampla e acessível. O jornalismo, como a ciência, deve atender ao valor da diversidade cognitiva, experiencial e institucional.

O atual modelo de objetividade, criticado praticamente desde sua adoção no jornalismo, é uma idealização sem correspondência prática. Para as mulheres e demais grupos oprimidos, a forma como ele é exercido também não é benéfica. Assim, novas possibilidades éticas precisam ser discutidas, dentro de um ideal de qualidade do jornalismo. Stoker (1995), Ward (2004) e Harding (1991, 1993, 1995, 2006) propuseram novos caminhos para além da ideia de objetividade tradicional, mas a mudança é lenta.

As reflexões e críticas ao preceito de objetividade como central ao jornalismo, como visto anteriormente, datam desde o período de adoção dessa prática (Schudson, 2001). O jornalismo passa, hoje, por um complicado momento de redescoberta e ressignificação, com a crescente conectividade e as redes sociais, a desinformação e a pós verdade, uma crise de confiança por parte da audiência e, direta-

te relacionado à última, uma crise financeira.

É necessário repensar as práticas para que o novo jornalismo, por forma a combater, por exemplo, a desinformação, seja mais responsável e ético, não somente dentro das suas práticas já estabelecidas. Ele precisa realizar sua função social, conforme identificada por Reginato (2018), de fortalecer a democracia e apresentar a pluralidade da sociedade. Uma democracia não é e não será forte se diferentes grupos, nomeadamente masculinos, heterossexuais e brancos, continuarem a produzir e / ou definir o conhecimento tido como senso comum.

Os padrões e as desigualdades sociais, mantidos pelo sistema capitalista e, não por acaso, patriarcal, influenciam fortemente, como viu-se no desenvolvimento deste trabalho, a prática jornalística, uma vez que a objetividade absoluta é, de fato, impossível. Com as conquistas dos movimentos feministas, as mulheres ganharam e ganham espaço na sociedade, saindo da esfera privada a qual ficaram restritas por tanto tempo, mas ainda são submetidas a fortes impactos da cultura patriarcal.

É necessário remover a ideia de objetividade para que o jornalismo observe e relate o mundo a partir do lugar das mulheres, a fim de reduzir as desigualdades entre os gêneros? Será possível inserir uma perspectiva feminista dentro da ética jornalística? Para responder a estas questões cremos ter encontrado inspiração na epistemologia feminista *standpoint* que oferece algumas pistas que nos ajudam a traçar as bases para responder a estas perguntas. Como refere Linda Steiner (2018, p. 1858), esta é uma base que

oferece uma abordagem realista, prática, uma descrição não hipócrita de como entender o conhecimento como socialmente situado. Incorporando contextos de descoberta e justificação, as suas noções de reflexividade e métodos constituem um recurso prático para jornalistas que trabalham, proporcionando uma credibilidade, jornalismo ético, social e epistemologicamente responsável.

Haverá ainda outras inspirações feministas para o desenvolvimento da

ética no jornalismo (Camponez, 2014) como as quais necessitamos de nos engajar e considerar. É certamente um tópico que merece maior aprofundamento, dentro de uma pesquisa mais ampla e multidisciplinar.

REFERÊNCIAS

- Amaral, Luiz. (1996). *A Objetividade Jornalística*. Porto Alegre: Sagra.
- Beauvoir, S. (2016). *O Segundo Sexo: Fatos e mitos* (3. ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Camponez, C. (2014). Entre Verdade e Respeito – Por Uma Ética do Cuidado no Jornalismo. *Comunicação e Sociedade*, 25, 110-123.
- D’Ancona, M. (2017) *Post-Truth: The new war on truth and how to fight back*. London: EburyPress.
- Demenek, Ben Hur. (2009). *Objetividade Jornalística: O debate contemporâneo do conceito*. Dissertação (Mestrado em Fundamentos do Jornalismo) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Acessado a 1 de outubro de 2019, em: <https://www.metodista.br/revistas/>

revistas-ims/index.php/CSO/article/view/4669/4621

- De Bruin, Marjan (2000). Gender, Organizational and Professional Identities in Journalism. *Journalism*, 1(2), 217–238.
- Harding, S. (1991). *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Ithaca: Cornell University Press.
- Harding, S. (1993). Rethinking standpoint epistemology: What is 'strong objectivity'?. In L. Alcoff & E. Potter (eds), *Feminist Epistemologies*, (pp. 49–82). New York: Routledge.
- Harding, S. (1995). "Strong objectivity": A response to the new objectivity question. *Synthese*, 104(3), 331–349. Acedido a 1 de outubro de 2019, em <http://www.jstor.org/stable/20117437>
- Harding, S. (2006). *Science and Social Inequality: Feminist and postcolonial issues*. Chicago: University of Illinois Press.
- Hekman, S. (1997). Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited. *Signs*, 22(2), 341–365.
- Mahtani, M. (2005). Gendered News practices: Examining experiences of women journalists in different national contexts. In S. Allan (ed.). *Journalism: Critical issues*, (pp. 299–310). Maidenhead: Open University Press.
- McNair, B. (2017). After objectivity? *Journalism Studies*, 18(10), 1318–1333, <https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1347893>
- Moretzsohn, S. (2001). Profissão e objetividade: o jornalismo na contramão da política. Universidade Federal Fluminense. Acedido a 1 de outubro de 2019, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.pdf>
- Muñoz-Torres, J. M.. (2012). Truth and objectivity in journalism. *Journalism Studies*, 13(4), 566–582, DOI: 10.1080/1461670X.2012.662401.
- Reginato, G. D. (2018). As finalidades do jornalismo: percepções de veículos, jornalistas e leitores. *Famecos*, 25(3), 1–18, DOI: 10.15448/1980-3729.2018.3.29349.
- Ryan, M. (2001). Journalistic ethics, objectivity, existential journalism, standpoint epistemology, and public journalism. *Journal of Mass Media Ethics*, 16(1), 3–22, DOI: 10.1207/S15327728JMME1601_2
- Schudson, M. (1978). *Discovering the News: A social history of American newspaper*. New York: Basic Books.
- Schudson, M. (2001). The objectivity norm in American journalism. *Journalism*, 2(2), 149–170. DOI: 10.1177/146488490100200201.
- Steiner, L. (2018) Solving journalism's post-truth crisis with feminist standpoint epistemology. *Journalism Studies*, 19(13), 1854–1865.
- Stoker, K. (1995). Existential objectivity: Freeing journalists to be ethical. *Journal of Mass Media Ethics: Exploring Questions of Media Morality*, 10(1), 5–22, https://doi.org/10.1207/s15327728jmme1001_1
- Subtil, Filipa (2009). Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990. In J. L. Garcia (ed.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*, (pp. 93–108. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Traquina, N. (2012). *Teorias do Jornalismo: Por que as notícias são como são?* Florianópolis: Insular.
- Traquina, N. (2013). *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – Uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular.

- Tuchman, G. (1972). Objectivity as strategic ritual: An examination of newsmen's notions of objectivity. *The American Journal of Sociology*, 77(4), 660-679.
- Tuchman G. (2000). The Symbolic Annihilation of Women by the Mass Media. In L. Crothers & C. Lockhart (eds.), *Culture and Politics*. Palgrave Macmillan: New York.
- Van Zoonen, Liesbet (1998). One of the girls? The changing gender of journalism. In C. Carter, G. Branston & S. Allan, *News Gender and Power*, (pp. 33-46). London: Routledge.
- Ward, S. J. A. (2004). *The Invention of Journalism Ethics: The path to objectivity and beyond*. Québec: McGill-Queen's University Press.
- Wien, C. (2005). Defining objectivity within journalism. *Nordicom Review*, 26(2), 3-15. <https://doi.org/10.1515/nor-2017-0255>
- World Association for Christian Communication (2015). *Who Makes the News? Global media monitoring project 2015*. Acedido a 1 de outubro de 2019, em http://cdn.agilitycms.com/who-makes-the-news/Imported/reports_2015/global/gmmp_global_report_en.pdf
- Women's Media Center. (2019). *The status of women in the U.S. media 2019*. Acedido a 1 de outubro de 2019, em <https://tools.womensmediacenter.com/page/-/WMCStatusofWomeninUSMedia2019.pdf>